

# “A saída não passa pelo choque”, diz Marcílio em reunião com empresários

por Cynthia Malta  
de São Paulo

Na última sexta-feira, em São Paulo, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, procurou convencer um influente grupo de dezesseis empresários, com quem conversou por mais de duas horas, de que o governo não aplicará nenhuma medida de choque, como congelamento de preços, por exemplo, para solucionar o problema da inflação. Nessa primeira tentativa para reverter expectativas pessimistas, o ministro foi elogiado pela maneira organizada e cordial pela qual conduziu a reunião. Alguns empresários, porém, ainda mantêm dúvida em relação à eficácia da atual política econômica.

“A saída não passa pelo choque”, disse Marcílio aos empresários, segundo relato do seu assessor Pedro Luis Rodrigues, que assistiu à reunião. O ministro fez questão de ressaltar a “necessidade de um trabalho solidário” entre governo e demais agentes econômicos. Citou como exemplo o acordo que a União está alinhavando com os governadores sobre a questão das dívidas dos estados. “Só há recursos para despesas de custeio e não para investimentos”, afirmou Marcílio (ver matéria ao lado).

Marcílio disse, ainda, que o governo deverá registrar superávit de caixa até o final do ano. Observou, porém, que a situação financeira das estatais não apresenta um quadro de igual tranquilidade. Portanto, a evolução do déficit público é alvo de preocupação da equipe econômica do governo. “O ministro está preocupado com a questão fiscal”, contou o diretor-superintendente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes.

Na reunião, Ermírio de Moraes falou sobre um aspecto da questão fiscal. “Agora em setembro começamos a pagar o Imposto de Renda. Como o primeiro semestre foi péssimo, o senhor verifique o quanto o governo deverá arrecadar”, observou o empresário.

A evolução da taxa de juro também foi assunto comentado. O ministro tentou convencer o grupo de empresários de que a recente criação do imposto compulsório de 100% sobre a captação de recursos através de venda de Certificados de Depósito Bancário (CDB) não deverá elevar os juros. “A notícia mais importante que o ministro nos deu é que os juros não vão subir”, disse o presidente do grupo Itamarati, Olacyr de Moraes. Observou, porém, que os empresários estavam “preocupados”, pois “neste momento, uma taxa de juro mais alta seria desestimulante aos negócios”.

Ermírio de Moraes também mostrou certa dúvida em relação ao comportamento futuro dos juros. “O ministro diz que os juros não vão subir. É cedo para comentar e também não sou dono da verdade. Mas acho que vai baixar a captação e com isso o investidor vai comprar mercadorias, vai para o consumo”, afirmou.

A aplicação desse imposto compulsório, porém, segundo ficou entendido na reunião com os empresários e nos encontros com economistas e banqueiros realizados no início da noite de sexta-feira, não deverá prolongar-se por muito tempo (ver página 17). Segundo explicou o ministro aos empresários, a medida foi tomada como fator de “esfriamento”. “Os bancos estavam pedindo isso, não é?”, chegou a observar Ermírio de Moraes, ao comentar que a remuneração de 33% acrescida de TR para os CDB oferecida pelos



José Mindlin

bancos estava desviando o recurso a ser aplicado em títulos do governo para os CDB.

Uma sugestão para estimular os investimentos foi feita na reunião pelo presidente da Metal Leve, José Mindlin. Ele propôs a liberação completa de cruzados retidos para as empresas que investirem na produção. O ministro, segundo Mindlin, reagiu “como uma esfinge.” Ermírio de Moraes, que tem NCz\$ 251 milhões bloqueados, aplaudiu a proposta.